



INTEGRAÇÃO DE SAÚDE MENTAL E ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DO SUPORTE A FAMILIARES ENLUTADOS NA ATENÇÃO BÁSICA NO INTERIOR DO AMAZONAS

RAFAEL MATSUDA LOBO MENDES; JOÃO FERNANDO VIEIRA ENNES; MARIA NATASHA FREITAS AGUIAR; LARA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA; PATRÍCIA DA COSTA FRANCO

RESUMO

Introdução: O apoio a indivíduos e famílias em luto é crucial na saúde pública, visando o bem-estar mental e emocional da comunidade. Alinhado às diretrizes de cuidados paliativos, destaca-se a Resolução Nº 41 de 2018, ressaltando a importância do apoio durante doenças e luto, incluindo aconselhamento específico. O matriciamento na atenção básica, integrando especialidades de saúde, é essencial para uma abordagem holística, respaldado pela política de saúde mental e seus princípios no Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação da Atenção Básica é alinhada a leis federais, como a "Lei da Reforma Psiquiátrica" e a "Lei Brasileira de Inclusão", fortalecendo os direitos de pessoas com problemas mentais e deficiências. **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicos de medicina no contexto do apoio matricial fornecido a famílias enlutadas em uma Unidade Básica de Saúde no interior do Amazonas. **Relato de experiência:** O presente relato de experiência foca na atuação de acadêmicos de medicina durante o apoio prestado a famílias enlutadas em uma área atendida pela equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Gaspar Fernandes, localizada na cidade de Manacapuru, interior do Amazonas. A experiência envolveu a equipe da Unidade Básica de Saúde, incluindo enfermeira, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), alunos de medicina e a gestora da unidade. **Discussão:** Durante a experiência, ficou evidente a relevância do apoio matricial no processo de luto, beneficiando a saúde física e psicológica dos familiares. A abordagem integrada, com aferição de pressão e apoio psicológico, reflete uma tendência positiva na melhoria do bem-estar geral. A integração da saúde mental na atenção primária demonstrou eficácia, alinhando-se às tendências atuais em saúde mental e atenção psicossocial. **Conclusão:** A experiência ressaltou a importância do matriciamento e do apoio integrado na Atenção Básica, especialmente em situações de luto. Recomenda-se a continuidade de iniciativas que enfatizem o cuidado integrado e o treinamento em saúde mental para profissionais da atenção primária, bem como o investimento em recursos e infraestrutura para garantir um atendimento mais efetivo e abrangente às comunidades.

Palavras-chave: Luto, atenção básica, matriciamento, bem-estar

1 INTRODUÇÃO

Apoiar indivíduos e famílias durante o processo de luto é fundamental na saúde pública, pois visa o bem-estar mental e emocional da comunidade. Esta necessidade se alinha com as diretrizes dos cuidados paliativos, conforme a Resolução Nº 41 de outubro de 2018, que enfatiza a importância de um sistema de apoio para auxiliar famílias a lidar com doenças

e o luto, incluindo aconselhamento de luto sempre que indicado (BRASIL, 2018).

O conceito de matriciamento na atenção básica, que envolve a integração de diferentes especialidades de saúde, é respaldado pela política de saúde mental no Brasil, constituída pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na portaria GM/MS 3.088/2011. Essa política se pauta nos princípios do SUS, incluindo acesso universal, integralidade e equidade, e visa garantir o acesso a serviços de saúde mental de qualidade e a prevenção do adoecimento psicossocial (BRASIL, 2011).

A atuação da Atenção Básica (AB) neste contexto de assistência se alinha com as leis federais, como a Lei 10.216/2001, conhecida como "Lei da Reforma Psiquiátrica", e a Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015, que são marcos essenciais no fortalecimento dos direitos das pessoas com problemas mentais e deficiências no Brasil. Além disso, a Emenda Constitucional 51/2006 e a Lei Federal 11.350/2006 estabelecem a obrigatoriedade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de residirem no local de atuação, fortalecendo o vínculo com a comunidade (BRASIL, 2001; BRASIL, 2015; BRASIL, 2006).

O fortalecimento do elo entre a comunidade e a UBS com ações de proximidade afetiva é evidenciado na Lei 11.350/2006, que realça a importância dos ACS na Estratégia de Saúde da Família e a necessidade de ações de promoção e prevenção da saúde a partir de referenciais de Educação Popular em Saúde, visando à ampliação da participação popular no SUS e o fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários (BRASIL, 2006).

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de medicina no contexto do apoio matricial fornecido a famílias enlutadas em uma Unidade Básica de Saúde no interior do Amazonas. Abordando um tema pouco discutido e extremamente necessário, o apoio a famílias em processo de luto e a importância crucial desta assistência.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência foi vivenciado pelos acadêmicos de medicina do segundo período, da Faculdade de Ciências Médicas de Manacapuru – Afya, nas práticas do eixo de Comunidades II, durante o apoio prestado a uma família enlutada em uma área atendida pela equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) da Unidade Básica de Saúde Gaspar Fernandes, bairro da Liberdade, cidade de Manacapuru, estado do Amazonas. A experiência descrita ocorreu durante o cortejo fúnebre de um membro da comunidade que era acompanhado pela ESF. No decorrer do cortejo esteve presente a enfermeira da equipe, os ACS's, um técnico de enfermagem, os acadêmicos de medicina e a gestora da unidade de saúde, prestando assistência direta, como, aferição de pressão arterial, apoio psicossocial e gestão do ambiente.

3 DISCUSSÃO

Durante a experiência foi possível aferir que o apoio matricial durante o processo de luto aos familiares foi de extrema relevância, evidenciando a importância da atuação sensível e integrada da ESF em momentos de extrema vulnerabilidade das famílias e como benefícios, destaca-se a melhoria na saúde física e psicológica, além de melhor gerenciamento do ambiente durante o cortejo.

A aferição de pressão e o apoio psicológico prestados pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e alunos de medicina demonstraram uma abordagem integrada, que atendeu tanto às necessidades físicas quanto psicológicas dos familiares enlutados. Isso reflete uma tendência positiva na melhoria do bem-estar e saúde geral dos participantes.

A integração da saúde mental na atenção primária durante a experiência demonstra a

eficácia da integralidade da saúde mental na atenção primária. A abordagem holística adotada pela equipe de saúde da UBS Gaspar Fernandes em situações de luto alinha-se com as tendências atuais em saúde mental e atenção psicossocial.

Campos, et al (2011) enfatiza a relevância da Atenção Primária à Saúde (APS) na solução de problemas de saúde da comunidade, inclusive os de saúde mental. A pesquisa, que buscou avaliar a articulação entre as redes de atenção primária e de saúde mental em regiões de alta vulnerabilidade social, identificou que o apoio matricial é eficaz para definir fluxos, qualificar as equipes e promover uma assistência conjunta e compartilhada. O estudo também destacou o papel estratégico do agente comunitário de saúde na identificação de ofertas potenciais e na facilitação de uma escuta mais próxima à população. As práticas de promoção à saúde ainda estão em desenvolvimento, e foi observado que, quando arranjos organizacionais permitem inserções dos profissionais em atividades extramuros, os usuários reconhecem e se apropriam dos espaços, promovendo ações que se distanciam da tradicional abordagem de queixa-conduta.

A gestão eficiente em situações de luto foi também visualizada na organização do velório de maneira a evitar aglomerações e destacou a capacidade da equipe de saúde em manejar eventos de grande sensibilidade e importância social, especialmente em contextos atuais, respeitando as diretrizes de saúde pública, uma vez que foi estabelecido um sistema onde as pessoas entravam e saíam de forma organizada, respeitando as medidas de distanciamento social.

Outro ponto de atenção importante foi em relação às condições do local do velório, realizado em uma garagem coberta, onde as condições eram quentes, apesar da tentativa de circulação do ar com ventiladores. Isso exigiu uma atenção especial e proatividade dos ACS e dos alunos de medicina para melhorar as condições de conforto e saúde dos presentes.

Embora os resultados sejam promissores, é importante reconhecer os desafios enfrentados que podem afetar a eficácia do apoio prestado, a exemplo da necessidade de mais recursos e treinamentos para lidar com as situações de luto no contexto comunitário, pois os profissionais precisam receber capacitação adequada para lidar com o processo de luto da melhor maneira e assim gerenciar melhor a assistência.

Dantas et al (2023) aborda os desafios enfrentados no cuidado de pacientes em luto durante a pandemia de COVID-19. O estudo ressalta a importância do cuidado ofertado e seu potencial de construção de saber, valorizando a escuta clínica de familiares que perderam seus parentes. Este estudo sublinha a necessidade de um apoio especializado e sensível ao luto.

4 CONCLUSÃO

Esta experiência destacou a importância do matriciamento e do apoio integrado em saúde na AB, especialmente em situações de luto. A capacidade de responder a emergências e para desenvolver estratégias de saúde mental na atenção primária são aspectos fundamentais para a melhoria contínua da qualidade do cuidado em saúde.

Recomenda-se que futuras iniciativas continuem a enfatizar a importância do cuidado integrado e do treinamento em saúde mental para profissionais da atenção primária. Além disso, é crucial o investimento em recursos e infraestrutura que possam apoiar tais iniciativas, garantindo um atendimento mais efetivo e abrangente às comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre o acesso a serviços de saúde nos municípios de fronteira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 fev. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc51.htm. Acesso em: 13

nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10216-6-abril-2001-364458-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11350-5-outubro-2006-545707-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 13 nov. 2023.

CAMPOS, Rosana Onocko et al. Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 4643-4652, 2011. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. Acesso em 27 de nov. 2023.

DANTAS, Clarissa de Rosalmeida et al. O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 23, p. 509-533, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/SgtgR9xSwqBSYjr5Mm3WSwG/>. Acesso em: 27 nov. 2023.